

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

FELIPE FERREIRA LOPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS “COM” JUVENTUDES: clandestinidade e processos de
subjetivação**

Osório/RS
2020

FELIPE FERREIRA LOPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS “COM” JUVENTUDES: clandestinidade e processos de
subjetivação**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Litoral Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Dra. Sandra Monteiro Lemos
Coorientador: Dr. Eduardo Guedes Pacheco

Osório/RS
2020

FELIPE FERREIRA LOPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS “COM” JUVENTUDES: clandestinidade e processos de
subjetivação**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Educação da Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Litoral
Norte, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação

Orientadora: Dra. Sandra Monteiro Lemos
Coorientador: Dr. Eduardo Guedes Pacheco

Aprovado em: dede.....

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. SANDRA MONTEIRO LEMOS
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Coorientador: Prof. Dr. EDUARDO GUEDES PACHECO
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Membro Titular: Prof. Dr. RODRIGO LAGES E SILVA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Membro Titular: Profa. Dra. ZULEIKA LEONORA SCHMIDT COSTA
Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC)

Membro Titular: Profa. Dra. HELENA VENITES SARDAGNA
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

AGRADECIMENTOS

Por este processo de subjetivação em mim produzido neste percurso acadêmico, profissional e de militância.

... À minha família, em especial a minha mãe Dona Didi, pela sua luta em não me deixar afastar dos estudos, potencializando em mim a coragem de militar por um mundo mais igualitário e humano todos os dias.

... Aos professores e colegas que cruzaram no meu trajeto. Por todos os ensinamentos e amizade.

... À minha orientadora professora Dra. Sandra Monteiro Lemos e ao meu coorientador professor Dr. Eduardo Guedes Pacheco, por todo o companheirismo, paciência, horizontalidade na transmissão do ensino e em nossa relação.

... À Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e seus colaboradores por ter possibilitado uma valiosa oportunidade em disponibilizar o primeiro programa de mestrado na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

... Aos espaços coletivos de juventudes, aos parceiros e amigos, à administração pública, aos agentes públicos, a todos aqueles que compuseram comigo as políticas públicas.

A democracia é tolice, e a tolice é importante, essencial até. O direito à tolice! Mais forte ainda do que o direito à histeria ou à loucura. Mas a singularidade, esta só pode estar fora da democracia. E daí? Ainda a dialética? Não! Apenas viver com, viver com tudo isso, toda essa gente! O mundo é besta como os Cosmos; Deus é totalmente estúpido! (O Estado, já é uma outra questão, ele não tem nada a ver com a democracia: é o *Urstaat* que assombra, como a morte, os processos maquínicos...). - Félix Guattari.

RESUMO

A presente pesquisa propõe acompanhar processos de singularização e de subjetivação de coletivos juvenis em uma cidade localizada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi construída a partir da experiência de participação social do autor em espaços coletivos, e também, como agente público na execução de políticas públicas voltadas para a juventude que, por meio de uma narrativa em forma de conto, com o personagem nomeado “O Clandestino”, possibilitou o estranhamento do cotidiano no território percorrido. Através de pistas apresentadas ao longo do trajeto da pesquisa, buscou-se a união de experiências do campo social com a prática de um agente público para problematizar a dualidade Estado/Sociedade nos serviços públicos da referida cidade. Com o suporte teórico no Paradigma Ético/Estético/Político, utilizou-se a Cartografia como método de pesquisa-intervenção, em articulação com os elementos da Clínica Analítica Institucional e do Diário de Campo. Os efeitos produzidos por esta investigação possibilitaram a experimentação de um outro modo de produção de políticas públicas, neste caso, políticas públicas “com” as juventudes, composta de modo clandestino.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Juventudes. Subjetivação.

ABSTRACT.

The present research proposes to keep up with the processes of singularization and subjectivation of groups formed by young people in a city located on the northern littoral of Rio Grande Do Sul. The research was built from the social participation experience of the author in collective spaces and as a public agent in the execution of public policies targeted at the youth, that narrates as a tale, with a character named "the outsider", made it possible the strangeness of the day to day in the territory that was wandered. Through the hints presented during the search path, were sought the union of the experiences in the social field with the practice of a public agent to problematize the duality of state/society in the public services of the referred city. With the theoretical support in the ethical/esthetical/political paradigm, cartography was used as the method of intervention research, in articulation with the elements of institutional analytical clinic and the field journal. The effects made by this investigation made possible the experimentation of another method of public policies production, in this case public policies "with" the youth, built in an underground way.

Key-words: public policies, youth, subjectivation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DCE – Diretório Central dos Estudantes

PPJ – Políticas Públicas de Juventude

PSE – Programa Saúde na Escola

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UEERS – União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A HISTÓRIA	13
2.1 COLETIVOS TRANSVERSAIS.....	15
3. NO TERRITÓRIO CONCEITUAL	26
3.1 SUBJETIVIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	27
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E CAPITALISMO.....	31
3.3 JUVENTUDES.....	33
4. METODOLOGIA DE PESQUISA	37
4.1 CARTOGRAFIA.....	37
5. EXPRESSÃO E CRIAÇÃO	40
6. É POSSÍVEL CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE OUTRO MODO?	43
6.1 MÁQUINAS DE GUERRA DENTRO DO APARELHO DE ESTADO	47
7. COM A PALAVRA, O CLANDESTINO CARTÓGRAFO	51
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a possibilidade de criação de políticas públicas voltadas para a juventude. Através dos princípios cartográficos e da Análise Institucional como métodos de pesquisa-intervenção, problematiza possibilidades de invenção de ações resultantes dos processos de subjetivação dos sujeitos envolvidos. Tal intenção é atravessada pela necessidade de tensionar a dualidade Estado/Sociedade nos serviços públicos de uma cidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como também, em possibilitar reflexões sobre a criação de uma “política clandestina” aos entendimentos majoritários referentes às juventudes, tendo como principais intercessores as provocações realizada por Gilles Deleuze e Félix Guattari.

A partir do acompanhamento de espaços minoritários de expressão das juventudes, busquei compreender possíveis processos de subjetivação envolvidos nas dinâmicas juvenis, procurando apreender com tais movimentos como se pode compor políticas públicas, diferentemente da lógica de capturá-los.

Desta forma, a intervenção proposta neste estudo possibilitou compor políticas públicas “com” as juventudes, ao invés de ser “para” as juventudes, contrastando a lógica instituída do Estado na formalização de ações para os jovens.

A experiência de ter transitado em diversos espaços coletivos, como o movimento estudantil, esportes, partidos políticos, movimentos sociais, coletivos de juventudes e na construção de uma rádio coletiva, atrelada a minha atuação como agente na Assessoria de Esportes, Cultura e Juventude como promotor dos eventos e políticas públicas voltadas aos jovens, e ainda, na presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), responsável por formatar a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, são consideradas como instrumentos chave para compor o trajeto da pesquisa.

Diante de uma narrativa, em forma de conto, construí pistas que buscaram cartografar dinâmicas da participação social, apreciando os processos de singularização e de subjetivação que estão em jogo nos territórios experimentados. A narrativa oferecida neste estudo foi nomeada de O Clandestino. Um personagem

inventado que narra as experiências do campo, a produção de subjetividade e um saber-efeito da experiência de uma formação em Psicologia.

É a partir e com minha história que escrevo esta pesquisa, porém, buscando experimentar um estranhamento deste meio familiar, procurei construir um olhar de estrangeiro para minha própria história (Caiafa apud KASTRUP, 2015).

Esse processo de pesquisa se constitui fundamentalmente por duas passagens que se compõe não linearmente, mas que se transversalizam. Uma das passagens, onde retomo uma experiência vivida durante a formação em psicologia, essencialmente sobre a criação de uma rádio coletiva universitária, que buscou promover saúde e cidadania ao público acadêmico. Saliento que a necessária retomada destes estudos, se deu devido à mudança do trajeto de pesquisa, pois no momento em que aqui escrevo, estamos passando por um momento singular na história moderna da civilização, a pandemia do novo coronavírus. Neste sentido, o território de pesquisa que inicialmente fora idealizado, as Escolas do Município de Osório, se encontram fechadas, como medida protetiva para conter a proliferação do vírus. Neste contexto, as memórias da minha trajetória de prática política, acadêmica e de experimentação de coletivos, aqui referenciadas, passam a constituir o corpus de pesquisa, como forma de dar visibilidade a certas dinâmicas de produção de subjetividade das juventudes dando margens para composição deste estudo.

A outra passagem está em fazer a interlocução desses processos de subjetivação das juventudes, como uma prática de criação de políticas públicas voltadas para a juventude. A proposta da experiência transcrita está em pensar um novo modo de produção de política pública, um “fazer com”, onde o personagem desta narrativa propõe uma estratégia antiestatal, clandestina e contrabandista, com a intenção de possibilitar espaços de singularização e autonomia às juventudes acompanhadas neste trajeto.

De forma rizomática o processo cartográfico destes espaços coletivos de juventudes, como também, a prática de um agente promotor de políticas públicas se conectam durante essa trama. O personagem “clandestino” em conjunto com outros atores sociais compõem uma estória coletiva, uma narrativa “com” juventudes. Uma

trama composta de multiplicidades, como sugere Deleuze e Guattari ao escreverem *O Anti-Edipo*: “Cada um de nós era vários, já era muita gente” (1995, p. 10).

É através de um conto ficcional que a prática da militância em movimentos sociais e de atuação de um agente público, pôde ser colocada em um modo de estranhamento deste cotidiano de vivência e produção de/em espaços coletivos.

2. A HISTÓRIA

Com vocês: O CLANDESTINO.

○ Clandestino sempre teve um desejo que o movia, o desejo do social, de estar com pessoas. Pouco ficava em casa, estava sempre na rua. Na sua infância volta e meia estava nas esquinas com os jovens maiores. Nos espaços coletivos parecia um bezerro ao meio do rebanho, um bezerro desgarrado, um garraio.

Desejava estar com pessoas, não importavam quais eram os objetos dos encontros, poderia ser um jogo de futebol, andar de skate com amigos, ir para praia, estar em clubes sociais, festas, enfim. O que importava era que ali acontecia algo, nos espaços coletivos ele se sentia contemplado, não via o tempo passar. Estava em um plano comum, comum que só existe *na* e *a partir* da experiência¹.

Em um importante momento, este jovem uniu suas angústias sobre os descréditos políticos de sua atualidade com o seu desejo de coletivo, e assim resolveu participar do movimento de um partido político de sua cidade. Entendendo que as coisas só poderiam mudar se estivesse de dentro. Era preciso ver como funciona o sistema, e agir clandestinamente para mudar a lógica instituída em uma realidade de corrupção e de falta de participação ou exclusão da comunidade nas construções das políticas públicas.²

Desta forma, acabou entrando no curso de Psicologia, também se inserindo em diversos movimentos sociais e partidários. Desta atuação ocasionou uma oportunidade de trabalhar na prefeitura de sua cidade.

Logo nestas práticas chegou o momento aguardado por ele: o período eleitoral das eleições municipais. Implicado pelo projeto que vinha desenvolvendo

¹ François Julien conceitua o comum como sendo “aquilo em que temos parte ou tomamos parte, que é partilhado e do qual participamos” (Apud MACERATA, 2015, p.75). Para Macerata o comum só existe *na* e *a partir* da experiência (2015, p. 75).

² Luiz Fuganti, em seu curso de esquizoanálise traz as quatro passagens presentes no processo esquizoanalítico. Neste discurso do narrador, interpreto como a segunda passagem - momento reivindicatório, após o sujeito se dar conta do buraco em que a sociedade contemporânea lhe colocou (1ª passagem). (FUGANTI, 2020).

junto com seus companheiros de partido na prefeitura, foi às ruas pedir voto para aquele plano de governo. Estava de alguma forma muito afetado pelo seu trabalho e tinha o forte desejo de prosseguir naquela administração. Visitou amigos, parentes, pessoas da comunidade e sua família. E foi na sua família, em uma conversa com sua irmã que ele foi colocado em análise sobre essas práticas políticas partidária que vinha realizando.

***IRMÃ:** - Por que tu estás na Política? Tu acha que mudará alguma coisa? Na realidade tu entrarás no jogo que todos entram, e acabarás se corrompendo também.³*

O que sua irmã acabara de levantar causou certo incômodo. Refletindo sobre tudo que vinha fazendo, um relâmpago do passado brotou em sua memória e respondeu à irmã:

***CLANDESTINO-** Estou inserido na política, pois quero tomar essa experiência como objeto de estudo, quero sentir na pele o que acontece neste processo político, me coloco neste contexto como a figura de um Clandestino, que me inserindo no meio deste sistema irei agir clandestinamente para procurar entender como funciona essa lógica instituída na política, e após, em algum espaço privilegiado, seja na condição acadêmica ou na política tentarei expor os meus entendimentos*

Naquela época, a irmã discordou do seu aceite na prefeitura, salientando que ele poderia se alienar à lógica instituída da política, por entender ser difícil conseguir mudar as regras do jogo. Para ela, os homens, ao assumirem o poder se

³ Os fragmentos de fala do “conto” clandestino utilizarão outro tipo de letra para diferenciar de outras citações. Os trechos apresentados são oriundos do diário de campo produzidos durante o percurso da graduação até esse momento da dissertação. Os nomes dos personagens exibidos nos diálogos foram propostos ficcionalmente, tendo como enfoque em apresentar essencialmente os efeitos coletivos do acompanhamento dos processos de subjetivação juvenis e não necessariamente na história individual de cada sujeito.

desconectam das reais necessidades da população. Ou seja, a irmã do Clandestino tomava por argumento a relação dual de Estado x Sociedade. Ela, proveniente de uma formação em Assistência Social, com experiência no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, considerava esta questão, muito provavelmente, devido a sua compreensão acadêmica. Da mesma forma, o Clandestino se aproximava desse estranhamento.

CLANDESTINO: *Talvez aquela tenha sido a indagação que me impulsionou a assumir o cargo. Neste período, início de 2012, cursava o terceiro semestre do curso de psicologia da UNICNEC - Osório/RS, e presidia o DCE (Diretório Central dos Estudantes). Nesta atividade participei de um projeto de iniciação científica com a temática da Cultura de Paz e, também, atuei em alguns movimentos sociais e de esportes (onde recém tínhamos conseguido a implementação de um Skate Parque na cidade). Percebi que havia uma oportunidade de pensar o sistema por dentro, de problematizar essa possível dualidade entre Estado e a Sociedade, como também, quem sabe, trazer essa experiência como objeto de estudo na continuidade da pesquisa acadêmica.*

Neste diálogo temos um ponto de partida do surgimento do Clandestino e sua intenção em analisar as relações dispostas no ambiente político de sua cidade. O que lhe chamava para a prática política partidária tinha vários sentidos, mas o principal era compreender esse distanciamento dos que estão no poder com aqueles que são os usuários das políticas públicas, neste caso, a comunidade.

2.1 COLETIVOS TRANSVERSAIS

Microfone ligado...

RÁDIO VENTANIA: *Está no ar e o tempo para, a fala sai. Olhares são os que mais falam e motivam a fala vir ainda mais. Uma rede composta de olhares, fala, escuta, gestos e atenção, é desenvolvida. Uma rede que prende quem nela está. Acontece com quem está ali, sentado em frente das mesas microfonadas. Nada importa fora dali, o que importa é o momento. Puro contágio. Talvez seja pelo fato da voz destes jovens estarem sendo potencializadas para outros ouvirem, mas neste momento não importa se tenho audiência. Olhares, troca, perguntas, respostas, parceria, compromisso com o outro, prazer em dar ao outro um momento de protagonizar e ser protagonista. Microfonia. Ruídos. Música. Troca. É uma troca em que todos ganham. Troca de subjetividades. Produção de singularidade. Bem vindos ao meu recinto, prazer me chamo Rádio Ventania.*

A experiência em questão relatada é a Rádio Ventania. Uma experiência de construção de um espaço coletivo criada como um dispositivo de intervenção que objetivou promover saúde, cidadania, cultura, manifestações artísticas e produção de um espaço público de conversação e participação social dentro de uma Instituição de Ensino Superior. Indo ao ar uma vez por semana, durante o período de intervalo das aulas, com a duração em média de 20 minutos cada programação. O local da sede da rádio estabeleceu-se no espaço de convivência da faculdade, e sua reprodução no sistema de som do próprio espaço de convivência.

Rádio Ventania, um “dispositivo” de intervenção, termo encontrado na abordagem das práticas da Análise Institucional que denomina dispositivos como procedimentos construídos no sentido de desmontar estereótipos, desestabilizar relações institucionalizadas e ativar forças instituintes⁴ e criadoras no âmbito da instituição, ampliando o grau de transversalidade, a coletivização das decisões e a capacidade analítica dos atores envolvidos (BAREMBLITT, 1996, p. 75). Para a

⁴ René Lourau em sua palestra na UERJ em 1993, fala sobre a concepção do “instituído” partindo de Hegel, aquilo que se impõe como uma verdade não produzida, uma ideia de universalidade. Já o instituinte, seria uma a partícula que se diferencia de si e do todo - a bela positividade do universal, a relação humana obstaculizando o "paraíso" essência da universalidade (LOURAU, 1993, p. 90).

Análise Institucional esta descrição pode equivaler ao conceito de saúde institucional.

Na ótica da promoção da saúde institucional, procurando ampliar o grau de transversalidade e capacidade analítica dos atores envolvidos na instituição que este dispositivo buscou potencializar. Através de programas que abordassem os temas contemporâneos de saúde, procurou não somente levar para o público ouvinte variadas informações para o dia a dia das pessoas, como também, fazer circular as informações de eventos que por muitas vezes não chegam aos acadêmicos. Mas, foi por meio das informações e manifestações artísticas, culturais e de lazer que se possibilitou proporcionar momentos singulares naquele local, criando assim, forças instituintes que se confrontaram com as relações institucionalizadas e burocráticas daquela faculdade, intervindo, também, na sua rotina.

Descendo lomba de skate...

CLANDESTINO: *Fala Zeca Capital, tudo na boa? Irmão, ta rolando uma ideia de formalizarmos um evento de surf e skate no verão, organizado pela prefeitura, uma galera gostou da ideia. Pensei em te chamar pra compor o evento junto. Lembro-me que tu tiveste um papel fundamental pra conseguirmos a construção da pista de skate. Topa em ajudar nesse projeto?*

ZECA CAPITAL: *Pô, eu apoio. Estava mais que na hora de rolar um evento assim, agora contigo na prefeitura podemos ter esse elo, certamente a galera vai apoiar. Chama uma reunião com a Associação de Surf e vamos agitar isso.*

O Clandestino se encontra com seu amigo Zeca Capital e informa da possibilidade da criação de um evento. Zeca Capital, um jovem, filho de um proprietário de uma empresa de acessórios de surf e skate. No movimento idealizado pelos skatistas para a construção de uma pista de skate, ele e seu pai

tiveram importante influência dentro da prefeitura para que viesse ocorrer a construção. Nesta época, ainda o Clandestino não era agente público, mas referido movimento foi um dos fatores chave para que ele viesse a participar mais ativamente do processo político, entendendo que poderia ir além, fazer parte das decisões da comunidade, não mais no regime de tutela, agora como um autor de si e do mundo que o habita.

No Estúdio de RAP independente...

COLETIVO RAP LITORAL: *A Lei da Semana do Hip Hop já foi aprovada, mas tá faltando a prefeitura botar em prática, faltam apenas dois meses e ninguém sabe como será realizado.*

MC SOLITO: *Pessoal, não sei se vocês conhecem o Clandestino? Ele tá trabalhando na Secretaria de Cultura e talvez possa nos auxiliar nisso. Vou chamá-lo em uma reunião aqui no Coletivo, beleza?*

COLETIVO RAP LITORAL: *Beleza! Chama ele aqui MC Solito, temos que pressionar para que saia esse evento.*

O Coletivo Rap Litoral era um grupo de rap da cidade que estava melhor consolidado, vinha se apresentando em alguns eventos particulares e musicalmente oferecia qualidade sonora e de produção. Já o MC Solito, era um dos precursores do rap na cidade, não estava vinculado a algum grupo musical, mas ocupava um papel de destaque por transitar em boa parte desta cena musical, tinha contato com a maioria dos MCs independentes, b-boys, grafiteiros e outros grupos de rap, era um rapaz nostálgico sobre o movimento hip hop, pois frequentemente trazia em sua fala o bom momento que o movimento do Hip Hop vivenciará nas décadas passadas.

COLETIVO RAP LITORAL: *E aí Clandestino! Agradecemos sua visita em nosso estúdio. Temos a informação que você está trabalhando na prefeitura e queremos saber se irão realizar a Semana do Hip Hop, pois temos uma lei aprovada. A prefeitura tem obrigação de realizar algo neste sentido.*

CLANDESTINO: *E aí galera! Estou na prefeitura sim, acredito que será realizado o evento, mas acho importante solicitar uma reunião com o prefeito. Tenho uma proposta, acho que poderemos projetar ele em conjunto, vocês fazerem parte da construção e na execução deste projeto, das escolhas das atrações, do local, dia, etc. Após fazermos o projeto, aí sim, levarmos para o prefeito. Importante é mostrarmos organização e energia nessa reunião.*

MC SOLITO: *Exatamente galera. Temos que fazer parte disso, tenho algumas ideias, como vocês também devem ter. Vamos pôr no papel e começar agilizar isso.*

Esta trama que viemos compondo traz fragmentos de um território juvenil, uma rádio universitária, um movimento de rap, um movimento de esportes de aventura. Coletivos de expressão que o Clandestino frequentava, em uma cidade de 40 mil habitantes, localizada próxima ao Litoral do Rio Grande do Sul. Cidade essa, considerada uma referência nas práticas dos esportes radicais, práticas que têm nos jovens seus principais adeptos. O *kite surf*, esporte aquático e radical tendo o recorde sul americano na modalidade Velocidade *Speed* em uma das lagoas do município. No morro da cidade, se encontram outras práticas de esportes radicais como o *skate downhill-speed*, *downhill mountain bike*, vôo livre, entre outros. Na cena cultural o movimento hip hop, bandas de reggae e festas privadas promoviam encontros sociais juvenis, movimentos independentes que se articulavam com o propósito da diversão. Apesar das inúmeras expressões, pouco se viam ações que produzissem pertencimentos a essas juventudes, o poder público raramente

agenciava atividades a esses segmentos. Os jovens desejavam e reivindicavam eventos e atividades, porém essa reivindicação só ocorria entre seus pares, talvez por eles estarem subjetivados por um regime tutelar.

No café da faculdade...

CLANDESTINO: *Oi Isabel, obrigado por vir tomar esse café comigo. Como te falei por mensagem, tá difícil de eu apresentar o projeto do evento de Surf e Skate para o teu pai, fiquei sabendo que o Secretário de Esportes não explicou ainda para ele a proposta. Sabe que tem uma galera envolvida neste projeto, até o Zeca Capital está motivado em auxiliar na organização. Peço desculpas por estar te envolvendo nisso, mas pela nossa amizade foi a alternativa que tive. A galera quer muito esse evento, nunca teve algo parecido.*

ISABEL: *Clandestino, te agradeço por tu ter me relatado isso. Meu pai como prefeito tem que saber que esse movimento é importante, tu sabes que eu adoro a galera do surf e skate. Tá na hora mesmo de ter um evento aqui na cidade. Pode deixar, vou falar pra ele marcar essa agenda contigo. Adorei o projeto, muito bacana!*

Dias depois, na prefeitura...

Dona Lourdes ADM: *Clandestino, tem alguns meninos atrás de ti, falaram que vieram para uma reunião sobre um evento de surf junto com o secretário, eu achei meio estranho, pois eram só garotos, e não tem nada na agenda neste horário.*

CLANDESTINO: *Oi Dona Lourdes, mas é isso mesmo! A reunião será às 15h, eles chegaram um pouco mais cedo. Vou ver onde eles estão, e se possível iremos adentrar a sala de reuniões e esperamos o Secretário.*

São muitas as dificuldades de se fazer políticas públicas, ainda mais políticas para as juventudes. O Clandestino observava algo de semelhante nestes movimentos que participava, percebia que os jovens faziam frente ao modo individualista que estava presente nesse tempo. Entretanto, os conservadores de sua cidade eram saudosistas com as juventudes passadas, sempre diziam pelos cantos que os jovens deste tempo não eram como antigamente, pois não participavam e não tinham consciência política, estavam largados. Já o Clandestino questionava este tipo de posicionamento, sabia que nos movimentos em que ele transitava algo acontecia, existia ali desejo de fazer comunidade, desejo de estar junto organizando aquele algo em comum, e que os conservadores não conseguiam captar.

Na conversa com Isabel, filha do Prefeito, o Clandestino utilizou de uma estratégia que auxiliou a dissolver a dualidade Estado/Sociedade. Antes de ser um agente público, ele também é comunidade, Isabel também é comunidade e foi importantíssima nessa composição. Sorte do Clandestino, Isabel era uma menina implicada pelas minorias, seu namorado, o Nelsinho, era um ativista do movimento Maçambique, cultura negra da cidade, ela sempre o acompanhava em suas apresentações, além disso, Nelsinho praticava Kitesurf e Isabel volta e meia convivia nos ambiente de práticas esportivas.

Microfone ligado...

Semana Acadêmica da Psicologia

RÁDIO VENTANIA: *Hoje a programação foi exclusiva da Semana Acadêmica de Psicologia. Tivemos diversos voluntários na organização da rádio, eles disputavam o microfone para fazer perguntas para os acadêmicos expositores. Alguns que passavam por mim paravam para me assistir. Teve um acadêmico de outro curso que pediu para participar daquela conversa. Nossa resposta: Claro, a rádio é tua, nós somos a rádio!*

Foi lindo, duas horas sem parar de conversas e alguns intervalos com música. Mas ao final uma surpresa: - Clandestino o Diretor da faculdade está te chamando.

DIRETOR: *Como assim vocês estão transmitindo no sistema de som fora do horário do intervalo? O combinado era de a rádio ir ao ar apenas no intervalo.*

CLANDESTINO: *Coordenador, realmente a rádio entra no ar somente nos intervalos, mas hoje se trata de um evento, a semana acadêmica, e a rádio foi convidada para transmitir esse evento.*

DIRETOR: *Ok, mas neste espaço não pode ter som fora do intervalo. Essa decisão foi tomada ano passado.*

CLANDESTINO: *Pois bem, não sabíamos dessa informação, a programação já está sendo finalizada. Igual, queria lhe informar que foi muito interessante a atividade proposta hoje.*

Conforme seguimos no percurso deste estudo iremos dando uma borda teórica a algumas práticas, e para isso operamos com alguns elementos que a Análise Institucional utiliza para realizar seus movimentos de investigação.

No episódio ocorrido nesta abordagem recebida pelo dirigente podemos denominar como um *analizador* da instituição. Analisador, semelhante ao que na psicanálise chama de formações do inconsciente, formações transicionais ou transacionais, porém tendo uma ampla materialidade, não se limitando apenas a um discurso, mas a tudo aquilo que possa resultar uma manifestação, denunciar, e colocar em análise algum processo em uma instituição (BAREMBLITT, 1996. p.70). É no discurso do dirigente que expõe o modo burocrático e institucionalizado desta instituição. Institucionalizado no fator tempo, e a Rádio em um tempo intensivo invadindo o tempo burocrático num processo instituinte, produzindo uma atividade

que os presentes naquele espaço ficaram envolvidos. De alguma forma, realmente a rádio se materializou em uma de suas propostas, a de desestabilizar relações institucionalizadas.

Não apenas presente na experiência da Rádio Ventania, mas a burocracia se apresentava em vários espaços, exemplo da dificuldade que o Clandestino teve em apresentar o projeto do evento de surf e skate ao prefeito, situação em que a burocracia somente funciona em um sentido – o de cima para baixo, como um mecanismo de poder. Isso, Lapassade descreve que as comunicações dão-se, via de regra somente neste sentido, no qual o retorno não é esperado.

... os porta-vozes da base podem até existir, mas não são ouvidos; suas mensagens são “empanadas”; não existem canais para tanto (GUIRADO, 2012, p. 67).

Esses encontros vão compondo marcas nessa trajetória, que de acordo com Suely Rolnik, “marcas” como outra espécie de memória, uma memória do invisível feita não só de fatos, mas como estados inéditos que se produzem no nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo (ROLNIK, 1993, p.242).

O Clandestino, por si só era uma rapaz atuante, transitava pela cidade em vários espaços, frequentemente com amigos estavam propondo espaços de encontro e diversão. Chegando a época de carnaval era o primeiro a mobilizar uma equipe de parceiros para organizar um bloco carnavalesco. Operava em benefício de seu desejo, desejo esse, que era comum em outros jovens.

Mas foi no processo acadêmico, que suas práticas foram colocadas em análise. Na época era presidente do DCE, também coordenador da Rádio Ventania e agente público. No percurso da formação em psicologia conheceu alguns conceitos que lhe conduziram a pensar suas práticas, através da análise de implicação, se deu conta que poderia descentralizar suas ações promovendo um espaço mais potente, através da autogestão. A Análise de implicação, importante conceito da Análise Institucional é um termo semelhante à contratransferência encontrada no conceito psicanalítico, porém, não sendo um processo apenas psíquico, mas de conteúdo político, econômico, histórico, heterogêneo, social, etc. (BAREMBLITT, 1996, p. 153).

Já a Análise Institucional, uma das metodologias que acompanha esse percurso visa a construção de espaços autogestionários, essa autogestão é uma proposta inversa à heterogestão – “geridos” por “outrem”. Conforme René Lourau, vivemos em um mundo onde ser gerido por outro é uma coisa considerada normal, como se os homens tivessem uma natureza de escravos, tendo que estar submetidos sempre a outros homens, pensando que existem homens superiores que naturalmente são os gestores do mundo. Porém, estamos subjetivados a este mundo, onde nós aceitamos e pensamos insuperável (LOURAU, 1993, p. 14). A autogestão é uma possibilidade que uma organização possa operar de maneira livre, onde os conhecimentos essenciais são compartilhados e as decisões importantes tomadas coletivamente. Podendo implicar em hierarquias na condução das tarefas, mas sem que envolvam escala de poder (BAREMBLITT, 1996, p. 157). São diversos termos de outras correntes teóricas que são adaptados para a *Análise Institucional*, acrescentando sentidos que se somam aos originais, mas sem descartá-los.

Quem ilustrou de maneira didática estes variados conceitos, foi Gregório Baremlitt ao publicar o Compêndio de Análise Institucional formalizando um glossário sobre os mais variados termos presentes neste método analítico (BAREMBLITT, 1996, p.153). Os elementos analíticos da Análise Institucional dão auxílio na potencialização de espaços autogestionários durante a prática acadêmica e profissional de um agente público, junto na composição com os movimentos coletivos nos territórios experienciados.

Na sala de aula...

CLANDESTINO:

Relatório do Diário da Disciplina de Processos Grupais

Antes de iniciar as análises é necessário especificar sobre a criação deste grupo. Os membros pertencentes são os alunos e mais o professor da disciplina, este grupo tem como função nortear a condução e decisão das atividades pedagógicas no decorrer da disciplina. Tais decisões eram tomadas pelo grupo, pois o modelo de organização proposto foi o da autogestão, onde o professor renuncia à

sua autoridade de transmissor para a de facilitador, propondo aos alunos escolherem os métodos aplicados na aula. É neste contexto que a disciplina de Processos Grupais é gerida ao longo dos estudos. Após o grupo ter sido criado, durante algumas aulas ocorreram tentativas de planejamento dos conteúdos e a forma de avaliação que seria escolhida pelos membros. Porém nas primeiras aulas, o grupo não tinha se sincronizado com a proposta da autogestão, era notável o estranhamento que estava causando entre os membros o fato de o professor não estar no papel hierárquico em uma sala de aula. Aos poucos o grupo foi se conscientizando com a proposta, fato que ocorre quando o grupo define uma das formas de avaliação, a escrita de um diário, onde cada membro do grupo escreveria após as aulas e que no final do semestre viesse a vir encaminhar o relatório dessas escritas relacionando com o conteúdo estudado em aula. A experiência durante essa disciplina foi contagiante, me senti convocado em realizar as leituras combinadas no grupo, vontade que em outras disciplinas me faltava. No início foi desconfortável, mas depois foi prazeroso ter essa possibilidade de construir o método nosso próprio pedagógico junto com os colegas e o professor.

3. NO TERRITÓRIO CONCEITUAL

A narrativa, apresentada acima, vem trazendo pistas sobre alguns pontos que orientam esse estudo, o do “acompanhar processos”, neste caso, processos de participação social ou espaços coletivos de uma cidade localizada no aglomerado urbano do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, tendo um recorte sobre as Juventudes. O outro ponto é a do “conhecer-fazendo”, na construção de uma atitude de pesquisador e de um saber resultante da experiência de formação no curso de Psicologia.

Desta trajetória acadêmica, das marcas e experiências constituídas dela, fundamentalmente algumas correntes teóricas foram essenciais para a prática de uma militância, como também, sobre o pensar dentro desta militância. Das vertentes que potencializaram uma construção prática, o Clandestino teve como suporte a Psicologia Social, a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Política. Da perspectiva de se pensar durante o processo ele se tomou pelo que alguns autores denominam de Paradigma Ético/Estético/Político.

Da Psicologia Social, no Brasil, surgiram a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Social Crítica. Essencialmente, nasceram do olhar sobre as questões intrínsecas relacionadas às desigualdades sociais do país e de movimentos de redemocratização pós-ditadura militar (SCAPARO; GUARESCHI, 2007, p. 102).

CLANDESTINO: *Comecei a minha trajetória acadêmica entrando no curso de Psicologia em 2011. Em uma aula de Psicologia Social uma professora abordou sobre o compromisso social do psicólogo. Esse conceito tomei como uma diretriz primordial para minha formação.*

A psicologia, como profissão tem sido caracterizada pela prevalência de modelos característicos da sociedade ocidental moderna e, em muitas ocasiões, posiciona-se com distanciamento dos contextos históricos e culturais nos quais se processam os fenômenos de interesse para a área. Como decorrência, são muitas as contradições entre os modelos e estratégias profissionais disponíveis e as propostas ou demandas advindas das diferentes circunstâncias de vida. Um dos exemplos de tais contradições é a discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das políticas sociais e o despreparo dos profissionais para enfrentar os desafios relativos a esse campo de trabalho. Esse enfrentamento implica em assumir o compromisso de compreender a magnitude das questões abordadas

ao planejar, gerir e avaliar ações. Para tanto, é urgente que a formação favoreça o conhecimento e a crítica dos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do espaço público. Caso contrário podem se multiplicar práticas elitistas e inacessíveis às pessoas para as quais se supõe igualdade de direitos (SCAPARO; GUARESCHI, 2007, p. 105).

Pensando na formação de psicólogo e nos compromissos sociais implicados nesta formação, também o meu desejo em habitar territórios mais coletivos desdobrou-se em uma militância no movimento estudantil.

Deste modo, participei no processo de fundação e gestão de diretórios estudantis – Diretório Acadêmico de Psicologia (DAPF) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Essas participações procederam algumas idas ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e na participação da Diretoria da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEERS), ocupando o cargo de 2º Vice-Presidente.

Entretanto, foi através dos teóricos franceses Félix Guattari, Gilles Deleuze, George Lapassade e René Lourau que o Clandestino direcionou esse outro modo de se fazer pesquisa e pensar a Psicologia. Fundamentalmente foi a partir destes autores, que a Análise institucional e a Cartografia deram origem, conceitos que também podemos vincular ao Paradigma Ético/Estético/Político, com a Filosofia da Diferença e a Esquizoanálise.

No capítulo a seguir deixaremos o clandestino com o microfone desligado para retornar mais adiante, pois se faz necessário agora trazer alguns conceitos que permeiam esse estudo: Subjetividade e Processos de Subjetivação; Políticas Públicas, Estado e Capitalismo; Juventudes; e a Cartografia.

3.1 SUBJETIVIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Levanto aqui algumas noções sobre o conceito de subjetividade a partir do pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari e de outros autores por eles influenciados. Para Deleuze e Guattari a subjetividade não é dada, o que se tem são

processos de individuação e subjetivação, cuja formação pressupõe necessariamente de agenciamentos coletivos e impessoais (ROLNIK, 2000). Este agenciamento é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, estabelecendo relações entre eles através de naturezas diferentes, das mais variadas ligações, das idades, dos sexos, dos reinos. É sempre um agenciamento que produz um enunciado, e o enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo em nós e fora de nós, multiplicidades, territórios, acontecimentos, devires. É no interior de algum agenciamento que o discurso é produzido, o sujeito é produzido, seja ele um agenciamento capitalista, fascista, nazista, socialista, neoliberal (DELEUZE, apud SILVA, 2017, p. 66).

Então, toda a discussão acerca do conceito de subjetividade, para estes autores, terá uma perspectiva de não sujeito, ela não é pura consciência de si. Consideram um ponto de vista de não conferir nenhuma prioridade ao “sujeito” como condição do processo, mas somente singularidades pré-individuais e individuações por intensidade (DELEUZE; GUATTARI, apud SAVAZZONI, 2012). Tendo em vista que processos de subjetivação são articulados com os agenciamentos coletivos, partindo da ideia de não sujeito, e sim, das afetações produzidas pelas forças de fora, como define Deleuze (1992):

(...) uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, e menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda a identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal (DELEUZE, 1992, p.123).

A subjetividade para Deleuze (1992) é constituída por linhas e trajetos irregulares, encontros e desencontros, cortes e conexões, fluxos e deslocamentos que eventualmente retornam a lugares já ocupados. Estas expressões remetem a uma ideia de subjetividade que não cessa de se produzir, fugindo da ideia de fixidez, para além de uma suposta rigidez de uma noção de identidade. Compreende-se em olhar a subjetividade mais como processo e menos como estrutura.

A subjetividade é construída por múltiplas linhas e planos de forças que atuam ao mesmo tempo: linhas duras, que detêm a divisão binária de sexo, profissão, camada social, e que sempre classificam,

sobrecodificam os sujeitos; e linhas flexíveis, que possibilitam o afetamento da subjetividade e criam zonas de indeterminação permitindo-lhes agenciar. Esse afetamento da subjetividade pelo que não é ela, pelas relações efetuadas, pela intersecção com o “fora”, forma um agenciamento. Quando isso ocorre linhas de fuga são construídas, convergindo em processos que trazem o novo. Esses processos são sempre coletivos, conectando-se ao que está aquém e além do sujeito e construindo novos territórios existenciais (ROMAGNOLI, 2009, p. 170).

Se a subjetividade é um processo, entende-se processos de subjetivação como um sistema complexo, numa relação que se constitui tanto pelo sujeito e por suas relações. Acerca dessa complexidade Guattari (1990) afirma que somos todos atravessados por linhas das mais diversas – econômicas, políticas, ecológicas, tecnológicas, afetivas, artísticas, filosóficas, culturais, entre outras, as quais nos constituem processualmente (FERNANDES, 2015, p.16).

Os estudos dos processos de subjetivação também têm um importante papel nas temáticas sobre cultura e arte. Oliveira (2013) na sua dissertação elabora uma cartografia sobre o teatro e o processo inventivo de jovens em situação de vulnerabilidade, possibilitando *linhas de fuga*, através da arte.

Por esse viés, as linguagens artísticas e culturais desenvolvidas em contextos de vulnerabilidade podem funcionar tanto como produto quanto como produtoras de processos de subjetivação e de construção de mundos inventivos, permitindo a esses jovens escapar da invisibilidade, da imobilidade e da vulnerabilidade que os condenam. O teatro possibilita que os jovens da companhia abordem as diferentes dimensões da realidade de Padre Paraíso, e do Vale do Jequitinhonha como um todo, a partir de uma perspectiva que estimula o enfoque de temáticas de real interesse da comunidade, ampliando as possibilidades de ressignificação e debate de tais temáticas para toda a comunidade local. Esse processo cria condições concretas de transformação social e produz agenciamentos que possibilitam que processos de subjetivação aconteçam, mesmo que linhas duras e dimensões instituídas os perpassem (OLIVEIRA, 2013, p. 70).

Já as *linhas de fuga* são uma espécie de linhas descontínuas, fluxos, vetores de desterritorialização que escapam da subjetivação dominante:

Uma sociedade se define por linhas que são moleculares. Elas seriam aquilo que sempre foge ou vaza dos instrumentos de modificação (leis, Estado, instituições). Suas condições são imperceptíveis do ponto de vista da macropolítica. Portanto, linhas de fuga são fluxos. Um fluxo é

sempre tecido de crença e desejo. Mas é importante ressaltar que a linha de fuga não é boa ou má, necessariamente, por sua natureza; e que embora ela implique mutação e criação, tais mudanças podem estar comprometidas com a destruição ou com formas e forças reacionárias, retrógradas (DELEUZE, Apud LIMA, 2003, p. 937).

A inventividade ou a criatividade é um processo recorrente nestes estudos, tendo como ideia que a produção de subjetividade se dá em vários níveis, numa relação do sujeito com o meio. Conforme Guattari, a subjetividade é fabricada e modelada no registro social.

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete a subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (1996, p.33).

O conceito de produção de subjetividade torna-se relevante para este estudo pois permitiu acompanhar o processo de subjetivação de jovens participantes de eventos sociais em cidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O estudo indicou que tal processo é forjado nas práticas experienciadas em movimentos minoritários⁵. Nesse sentido, ressaltou a possibilidade da criação de políticas públicas “com” as juventudes.

Dizendo de outro modo, a trama disposta neste percurso, protagonizada pelo Clandestino com os jovens, se articula neste conceito de produção de subjetividade originalmente trazida por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Ao propor políticas públicas “com” as juventudes, necessariamente se faz necessário estar atendo aos modos de produção de subjetividade que estão em cena nos territórios juvenis, para a partir disso, resultante das experiências singulares nos coletivos, possibilitar propor novas políticas públicas, como também, novos modos de vida.

⁵ Movimentos minoritários no sentido como traz Guattari: “*Eu veria “minoría” mais no sentido de devir, um devir minoritário (exemplo: um devir minoritário para literatura, que seria uma saída das redundâncias dominantes, um devir criança, um devir multidão, etc.)*” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 122).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E CAPITALISMO

Neste espaço relaciono alguns conceitos gerais de Política Pública. Em um primeiro momento, me distancio da Filosofia da Diferença, tendo em vista que estes autores elaboram concepções filosóficas sobre o Estado e o Capitalismo e, não especificamente como Política Pública. Entretanto, é possível compreender o quanto que os conceitos de Políticas Públicas, Estado e Capitalismo estão atravessados nas propostas de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Assim, de início parto do entendimento de Política Pública, presente na área da Gestão Pública, podendo até mesmo problematizar quais os entendimentos dos setores da gestão sobre a terminologia, também, como se configura a relação Estado/Sociedade, questão norteadora deste estudo.

Vejamos no livro “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos” (2014) de autoria do Doutor Leonardo Secchi, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, que nesta obra introduz de forma didática o tema das Políticas Públicas. Na introdução, o autor traz a diferenciação vinda de países de língua inglesa dos termos *politics* e *policy*. *Politics* na concepção de Bobbio, tem o sentido de atividade humana que busca a obtenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem, que na língua portuguesa é o que temos presente no imaginário das pessoas sobre atividade e competição política (SECHI, p. 1). Já o termo *policy* tem relação com orientações para decisão de ação, utilizada em organizações públicas, na língua portuguesa entendimento presente nas frases tipo “*nossa política de compra é consultar três fornecedores*”, tendo esse sentido da palavra a mais próxima com o termo “política pública” (SECHI, p.2).

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes desta orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2014, p. 2).

Pelos entendimentos propostos pelas Filosofias da Diferença, em especial nas principais obras de Deleuze e Guattari, é necessário um esforço em buscar o percurso histórico da formatação do Estado, percorrendo algumas terminologias importantes, como: *estado arcaico primitivo*, *aparelho de estado*⁶, *máquinas de guerra*, entre outras.

Para Deleuze e Guattari sempre existiram duas formações sociais: Sociedade Sem Estado (chamadas de sociedades primitivas); e a Sociedade com Estado (Estado Imperial arcaico). O sujeito da sociedade primitiva não conhecia o modelo de trabalho, o que existia era a ação livre, ora estava fazendo seus cantos, ora fabricando um instrumento de caça, ora executando sua pesca, em um espaço tempo liso, de pura intensidade. Quando o Estado Imperial Arcaico tem contato com o sujeito primitivo, irá se apropriar da força do primitivo, impondo o modelo de trabalho, vai estriar o espaço tempo liso, criando códigos de organização neste espaço tempo (DELEUZE; GUATTARI, apud FERREIRA, 2016).

O trabalho é uma causa motriz que se choca contra resistências, opera sobre o exterior, se consome ou se dispende no seu efeito, e que deve ser renovado de um instante a outro. A ação livre também é uma causa motora, mas que não tem resistência a vencer, só opera sobre o próprio corpo móvel, não se consome no seu efeito e se prolonga entre dois instantes (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 64).

Espaço tempo liso é um espaço de intensidade, o Estado vai estriando esses espaços, sobrecodificando. Porém, tem fluxos que escapam dos códigos e do poder do Estado, fluxos estranhos. Os dois fluxos que escapam do Estado Arcaico é o trabalho (trabalho livre surgindo do feudalismo) e a compra a força de trabalho. Estes dois fluxos que se escapam permitem o surgimento do capitalismo (DELEUZE; GUATTARI, apud FERREIRA, 2016).

Entretanto, vários outros fluxos vão escapando na sociedade do capitalismo - uma nova forma de se vestir, de se comportar, etc. - isso traz intimidação ao capitalismo, desta forma o capitalismo vai adicionando axiomas nestes fluxos que escapam. Do mesmo modo, o Estado moderno fica a modelo do capitalismo, que vai

⁶ No percorrer desta dissertação abordaremos algumas concepções de *máquina de guerra* e *aparelho de Estado*.

adicionar axiomas aos fluxos que escapam das codificações que ameaçam os fluxos do capital (exemplo: o Estado adiciona axiomas à greve por férias dando as férias). (DELEUZE; GUATTARI, apud FERREIRA, 2016).

Para Deleuze e Guattari não há como explicar o Estado por aquilo que o supõe, é como se o Estado tivesse surgido de uma só vez, como um golpe de gênio, não remetendo a fatores progressivos (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Já as máquinas de guerra seriam algo dirigido contra o Estado:

O que é evidente é que os bandos, não menos que as organizações mundiais, implicam uma forma irreduzível ao Estado, e que essa forma de exterioridade se apresenta necessariamente como a de uma máquina de guerra, polimorfa e difusa. É um *nomos*, muito diferente da "lei". A forma-Estado, como forma de interioridade, tem uma tendência a reproduzir-se, idêntica a si através de suas variações, facilmente reconhecível nos limites de seus polos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta). Mas a forma de exterioridade da máquina de guerra faz com que esta só exista nas suas próprias metamorfoses; ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18).

A máquina de guerra seria tudo aquilo que escapa da captura do estado, energias livres que tem por efeito provocar transmutações, atualizando outras configurações de forças e se movimentando de forma distinta ao Estado e à axiomática do capital (HUR, 2019). É neste sentido que esse estudo caminha, buscando criar contrapontos na lógica do Estado em promover políticas públicas “com” os jovens. Pela lógica da máquina de guerra, a clandestinidade se torna uma das estratégias do agente público que está disposto em escapar da apropriação do Estado, criando fluxos descodificados junto com esses sujeitos, tendo o cuidado em transparecer aos coletivos para qual luta está servindo, não pela lógica da captura, mas sim, na parceria de composição de linhas de fuga.

3.3 JUVENTUDES

Na família contemporânea, com a emergência da globalização, e o conflito dos papéis nas relações entre pais e filhos surgiram novas modalidades de subjetivação, passando a caracterizar a subjetividade contemporânea (BIRMAN,

2007). Logo, a cidade deste estudo, localizada na região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 43 mil habitantes, não ficaria isenta das questões emergentes da sociedade atual.

Nos últimos anos, vêm ocorrendo mudanças significativas no conceito de juventude. Os jovens passam a ser pensados como uma construção histórica e cultural, e não somente uma transição para a vida adulta (PERONDI, 2013). Essa relação dos fatores biológicos e culturais aparece no conceito que a UNESCO apresenta:

O termo “juventude” refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero (Apud AMARAL, 2004, p. 24).

Neste estudo optou-se em utilizar o termo *juventudes*, como é amplamente discutido no meio acadêmico, partindo da célebre provocação de Pierre Bourdieu (1980): “a juventude é apenas uma palavra”, desta forma, a expressão “juventudes” busca configurar as múltiplas instâncias dos jovens (SPOSITO, 2017, p.12).

Período da vida onde se produzem mudanças, de acordo com Guattari, também está esmagada pelas relações dominantes e de manipulação pela produção de subjetividade coletiva da mídia. Porém, nem por isso os jovens deixam de construir distâncias singulares desses processos de subjetivação normalizados, criando, ao meio disto tudo, um mínimo de territórios existenciais (GUATTARI, 1990, p. 6).

Pensando na criação de territórios existenciais como processo de expressão, nos últimos 30 anos a juventude tem sido precursora de mobilizações coletivas contraponto uma cultura normativa, mobilizações tais como o movimento estudantil nos anos 60, os movimentos subculturais nos 70 (punks, movimento de ocupação de imóveis), as mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, as mobilizações civis nos anos 90 como o antirracismo no norte da Europa, o movimento anti máfia na Itália, o movimento cara pintada no Brasil. Nestes movimentos, a ação coletiva dos jovens oferece outros códigos simbólicos à sociedade, códigos que subvertem a lógica dos códigos dominantes (MELUCCI, 1997).

Além disso, é necessário considerar os diferentes modos dos jovens em relacionarem-se com os movimentos sociais, o que nos leva a problematizar o lugar de participação política deles nos discursos sobre juventudes legitimados nestes diferentes períodos históricos. Que expectativas a sociedade produzia em relação a uma suposta essência revolucionária dos jovens? Que significados foram atribuídos à rebeldia e como esta era associada às representações de juventude ou à condição juvenil?

(...) pode-se afirmar que a militância política entre os jovens que viveram as décadas de 1960 e 1970 correspondeu à capacidade que eles tiveram de potencializar, com relativa autonomia, sua condição transitória e de sentirem as determinações de um contexto de forte efervescência política e cultural. Os jovens que vivem as décadas de 90 e entram no novo século sentem outras determinações do contexto social e se organizam de diferentes modos. Ora, o aumento do desemprego, o recuo do mercado de trabalho dos jovens e o prolongamento da transição entre os estudos e a vida profissional influenciam outras e novas sociabilidades e subjetividades diferentes daquelas produzidas nos anos 60 e 70 (KEIL, 2004, p.25).

Neste estudo, consideramos também demarcar o conceito sobre adolescência, pois diversos fatores de transformações são operadas e se atravessam no processo da constituição do ser jovem. Pela lógica normativa, uma fase emocionalmente vulnerável, pois é neste momento que o indivíduo começa a interagir com o mundo de forma mais independente, tendo de assumir responsabilidades e delineando a identidade sexual, familiar e laboral (BRASIL, 2008).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990) a adolescência é circunscrita como o período de vida que vai dos 12 aos 18 anos de idade, já a OMS (Organização Mundial de Saúde) delimita o período entre 10 e 19 anos. Ao chegar à adolescência, o ser humano sofre transformações físicas, biológicas e sociais até chegar à fase adulta. Contudo, muitas vezes ele fica exposto aos riscos e perigos pertinentes a essa fase da vida. A falta de orientação, tanto na escola como na família, leva o adolescente à desinformação e, conseqüentemente, à vulnerabilidade aos mais diversificados agravos à saúde (RAMOS, 2001).

Entretanto, de acordo com Coimbra (2005) vale ressaltar que a relação dos conceitos entre adolescência e desenvolvimento não são ingênuos, podendo servir a uma proposta dominante de homogeneização presente na sociedade de controle globalizado. Desta forma, opta-se também neste estudo em usar os termos “jovem” e “juventudes” em vez de adolescente, pois parece uma melhor forma de trazer uma intensidade juvenil em vez de uma identidade adolescente (COIMBRA, 2005).

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 CARTOGRAFIA

Além da Análise Institucional, o princípio do método cartográfico também é uma ferramenta neste percurso analítico. A cartografia deve ser entendida como um método segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e a intervenção geradora de conhecimento. Félix Guattari, identifica em suas intervenções clínico-institucionais outro tipo comunicação semelhante a implicação e a transferência. Ele nomeia de transversalidade, no qual um plano em sua toda realidade se comunica, em um modo multidimensional. A cartografia é o acompanhamento do traçado ou das linhas que compõe esse plano (PASSOS; BARROS, 2015, p.28).

Segundo o dicionário da língua portuguesa Aurélio (FERREIRA, 1999), cartografia pode ser considerada como a “arte ou ciência de compor cartas geográficas ou mapas”. Um desenho que se acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem (ROLNIK, 1989, p.1). Deste termo, Félix Guattari e Gilles Deleuze o tomam para o campo subjetivo, percebendo que as paisagens psicossociais também são cartografáveis. Surge como o princípio de um rizoma, “princípio inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real”, no qual o método cartográfico tem múltiplas entradas. Neste sentido, a realidade cartografada se apresenta como um mapa móvel, não buscando “o mesmo” e nem o centro da organização do rizoma, já que o rizoma não tem centro (PASSOS, 2015, p. 10). A cartografia é mapa que não pretende fechar o território, não buscar cópia fiel, mas pretende buscar uma fidelidade com a experiência e o percorrido (MACERATA, 2015).

Para Passos (apud Macerata, 2015) a cartografia constitui-se como uma proposta que busca a reversão do sentido de método. O método cartográfico vai definindo suas metas no ato de pesquisar, não sendo a meta que define o caminhar, mas o caminhar que definirá a meta, em um acompanhar o processo:

A cartografia acompanha processos: estar ao lado de seu próprio processo de produção da metodologia, e acompanhar processos no campo onde se insere, e onde, querendo ou não, intervém, interfere. (MACERATA, 2015, p. 123)

Entretanto, sabemos que se faz necessário criar delineamentos em uma pesquisa antes de se entrar em um campo, mas a questão da cartografia é acompanhar a variação e dissolução de uma proposta, compondo esse em trajeto durante o percurso, em uma influência entre pesquisador e pesquisado no processo de pesquisa. (MACERATA, 2015)

O diário de campo auxilia como suporte do exercício de cartografia, possibilitando novas análises desprezadas durante o exame de pesquisa. Conforme Lourau (1993), o diário, que alguns autores também chamam de diário de pesquisa ou diário de bordo, está presente na prática de muitos pesquisadores para exercitar a experiência da pesquisa, tem uma conotação de “fora texto”, como aquilo que está fora da cena oficial de escritura, reconstituindo a história subjetiva do pesquisador. O exercício de escrever no diário o cotidiano da pesquisa constrói e se apropria de realidades em um movimento exploratório. Alguns autores utilizam de diversas formas seus diários. Na presente pesquisa se buscou uma mistura, sem “esquematisações”, “texto” e “fora texto” na elaboração da escrita fina (LOURAU, 1993), que no fim se transformou neste conto ficcional, resultante de uma experimentação de experiências coletivas. As anotações no diário colaboraram na produção da estória deste conto, possibilitando um retorno à experiência do campo vivenciado durante a trajetória, e transformando observações e frases captadas desta experiência em conhecimento e modos de fazer (KASTRUP, 2015).

Em suma, a cartografia semelhante ao movimento institucionalista se trata de transformar para conhecer e não conhecer para transformar, acentuando a dimensão política da pesquisa. Neste sentido, a escrita é também uma intervenção, um posicionamento político, tornando uma possibilidade de até mesmo contrapor modos institucionalizados de escrita em uma pesquisa acadêmica, desterritorializando protocolos metodológicos formalizados e propondo outros modos de criação e expressão do conhecimento.

São múltiplas as possibilidades. A cartografia é a inversão do método, é pesquisar e intervir, lidar com territórios moventes, dar passagem, fazer passagem, ser passagem, e o que o cartógrafo precisa levar consigo é que não existe inseparabilidade entre conhecer e fazer, enfim, a cartografia é feita de encontros (COSTA, 2014).

De um modo geral, mais do que uma metodologia científica, a cartografia aqui é entendida enquanto uma prática ou pragmática de pesquisa. A ideia de pragmática está ligada a um exercício ativo de operação sobre o mundo, não somente de verificação, levantamento ou interpretação de dados. O cartógrafo, aqui assumindo enquanto pesquisador atua diretamente sobre a matéria a ser cartografada. No entanto, ele nunca sabe de antemão os efeitos e itinerários a serem percorridos. Na força dos encontros gerados, nas dobras produzidas na medida em que habita e percorre os territórios, é que sua pesquisa ganha corpo. O corpo, aliás, é uma importante imagem no exercício de uma cartografia, corpo que nos remete ao corpo do pesquisador e ao corpo dos encontros estabelecidos. (COSTA, 2014, p. 67)

No entanto, devido a fatores circunstanciais em que essa pesquisa se apresentou com o surgimento da pandemia do novo coronavírus, onde a proposta inicial seria uma experimentação de construção de uma política pública com estudantes no ambiente escolar, o método cartográfico se fortaleceu ainda mais como uma importante ferramenta no mapeamento das memórias já vivenciadas neste percurso, e que notoriamente auxiliou na composição deste conto ficcional do Clandestino com outros jovens.

Do mesmo modo, a clandestinidade também se torna método. Fazer-se clandestino, estrangeiro para pesquisar a partir do estranhamento do familiar possibilita encontros com a novidade, atitude que se constrói no processo de um trabalho de campo (CAIAFA, apud KASTRUP, 2015).

5 EXPRESSÃO E CRIAÇÃO

Microfone ligado...

RÁDIO VENTANIA:

Programa com jovens de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) na Rádio Ventania.

Estamos no saguão, “estamos”, e não somente “estou” – no plural. Ali se encontravam diversos colegas, a equipe dos engajados no projeto, e outros colegas que queriam conhecer aquela experiência.

A expectativa por essa noite era grande, era o momento de exercitar uma nova proposta para a rádio. Uma proposta que não somente viesse promover saúde e cidadania através da conversação, mas, agora também toda potência voltada para manifestações artísticas e culturais.

Uma rede anterior daquele momento tinha sido composta para chegarmos até ali. E aí estão os parceiros, sem eles não tem o porquê fazer isso. Uma colega que participa de CTGs ajudou a convidar outros jovens que fazem parte deste movimento que ficaram de trazer instrumentos musicais.

Mas aí chega o momento da rádio, com um pouco de atraso vão chegando os convidados, a cada convidado que chega, vêm mais um amigo ao lado e assim se forma um grande grupo de jovens que participam de CTGs. Muito legal, não éramos só nós – a equipe implicada no projeto, éramos muitos e assim sentamos e iniciamos aquela conversa.

A conversa rolou e a troca também. Estávamos seguros naquele espaço, um espaço público, que por vezes a sensação é de estar sendo engolido por ele, mas neste momento não. Éramos mais fortes.

A conversa acontecia, mas a expectativa era grande sobre os instrumentos musicais, pelo menos para mim. Estava mobilizado em ver uma manifestação artística em torno da rádio, e de fato aconteceu.

Laíne, a declamadora, inicia sua declamação em pé com o pedestal do microfone inclinado sobre a mesa. Aquele momento não era só dos que estavam ali, sentados na rádio, aquele momento era de todos que estavam transitando pelo espaço de convivência. Percebi os mais diversos olhares e atenção dos que transitavam. Foi uma intervenção no espaço público, mais do que a rádio já é, e que talvez por estar dentro dela, não conseguia perceber. Mas nesta noite, imagino que a manifestação artística causou um estranhamento do cotidiano aos que habitam aquele território.

Finalizando a programação desta noite incrível, convidamos um casal para que finalizasse o programa com uma dança, e assim se sucedeu. Eles levantaram da rádio, direcionaram-se ao espaço em nossa frente, e ao som da gaita, com o auxílio da cantoria daqueles que estavam ali, dançaram uma música da tradição que eles representam, e assim se encerrou mais um programa, É A RÁDIO VENTANIA.

Inicialmente neste relato, o Clandestino menciona o valor de estar junto e não sozinho, pensando esse espaço público que é a rádio, como uma possibilidade de coletivo. Além disso, da importância da rede formada anteriormente, colegas engajados construindo um comum, no acaso dos encontros, uma zona de passagem sem forma, afirmando a existência.

A rádio intervindo no cotidiano institucional, produzindo estranhamento com uma expressão minoritária, sem palco, na lateralidade. Produzida ali no cotidiano como uma surpresa, e o cotidiano oferecendo um imprevisto, distante daqueles shows que as instituições costumam promover. Se o Clandestino tinha a tarefa de se estranhar no cotidiano como coordenador/pesquisador, este movimento foi recíproco. Neste instante a cartografia, que é pesquisar e intervir, transformar para conhecer se fez presente.

Pura expressão e criação, os atores produzindo um processo de singularização, uma manifestação artística que repentinamente surge da

conversação e rouba a atenção dos que estavam no espaço de convivência. É A RÁDIO VENTANIA.

6 É POSSÍVEL CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE OUTRO MODO?

CLANDESTINO: *Dentre minhas funções na Prefeitura auxiliei na criação e coordenação de diversos eventos e atividades direcionadas para o público jovem, tais como: Festivais de Surf e Skate, Semana do Hip Hop, Feira das Profissões, Feiras do Livro, Semana da Consciência Negra, Preparatório para o Enem e Vestibular, entre outras.*

Tais atividades se buscaram construir coletivamente, através de parcerias com a comunidade, formalizando redes de apoio na execução dos eventos com os jovens do município. De forma transversal possibilitou-se momentos singulares, com novas ideias para que os eventos ficassem mais elaborados destacando a importância da rede formada anteriormente à execução dos eventos.

A questão que me surge é se tudo isso foi combustível para afetar a construção de subjetividades das juventudes atendidas naquele momento?

Para Guattari a subjetividade é essencialmente social, na qual os indivíduos a vivem dentro de um processo que oscila entre dois extremos: submissão com o que se recebe - alienação; e através da expressão e criação, quando o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo nesta circunstância um processo de singularização (1996). Neste percurso o Clandestino identificou muitas potencialidades nos jovens quando a eles eram oportunizados espaços de expressão e criação dentro das políticas públicas, em especial, quando faziam parte da gestão da atividade, participando diretamente na elaboração de ações e políticas que envolviam seus cotidianos.

Diante do dissertado até então, dos eventos e atividades elaboradas junto com a comunidade, fica uma questão, se essas ocasiões realmente criaram contrapontos para as lógicas do estado? Se estes momentos interferiram nos modos de subjetivação majoritários? Foi possível, através destas atividades, criar linhas de fugas diante do aparato burocrático, das máquinas de estado e do modo biopolítico

de gerir as políticas públicas? Se realmente foi perceptível essa dualidade entre Estado/Sociedade no âmbito da Administração Pública?

CLANDESTINO: *Minha inquietude de hoje, depois deste percorrer, se dá em problematizar sobre o modo positivista⁷ do Estado em pensar as políticas públicas de juventudes, numa relação vertical às necessidades que acontecem nos territórios. Exemplifico tal argumento, citando o modo como a Política Municipal de Prevenção ao Suicídio e a Auto Lesão⁸ vem sendo construída, tendo o enfoque em dados, no sintoma e no comportamento, mas com poucas ações diretas que busquem a expressão dos jovens sobre este fenômeno, tão frequente entre os adolescentes.*

Ou seja, a dualidade Estado/Sociedade como lógica estabelecida, reduz as possibilidades de pensamento, de criação e expressão, dificultando o surgimento de novas políticas públicas que possam ampliar as possibilidades do viver. Dualidade que Deleuze e Guattari problematizam na obra deles:

Nem outro nem novo dualismo. Problema de escrita: são absolutamente necessárias expressões anexatas para designar algo exatamente. E de modo algum porque seria necessário passar por isto, nem porque poder-se-ia proceder somente por aproximações: a anexatidão não é de forma alguma uma aproximação; ela é, ao contrário, a passagem exata daquilo que se faz. Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo. É necessário cada vez corretores cerebrais que desfaçam os dualismos que não quisemos fazer e pelos quais passamos. Chegar à fórmula mágica que buscamos todos: PLURALISMO = MONISMO, passando por todos os dualismos que constituem o inimigo necessário, o móvel que não paramos de deslocar (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 31).

⁷ O positivismo que remeto é sobre o veto positivista de Augusto Comte, que alinhava a um ideal de objetividade, desvalidando os pensamentos metafísicos (SAVAZZONI, 2012).

⁸ O comitê de prevenção ao suicídio e auto lesão é um política que vem sendo formulada em âmbito municipal, em sua primeira ação foi priorizada na formação dos professores e interessados sobre o questões relacionadas ao comportamento autolesivo, e procedimentos de notificação de novos casos, entretanto pouco se percebe ações de prevenção e análise sociocultural do sintoma.

Neste sentido, essa prática debruçou-se sobre a possibilidade de instauração de máquinas de guerra dentro das máquinas de estado, através de uma política nômade contrapondo o aparato de captura do estado, mapeando os modos de subjetivação e seus agenciamentos que o Estado produz em suas políticas universalizantes. Necessariamente tendo como estratégia a clandestinidade, tomando-a como prática análoga a este método de trabalho, presente dentro das técnicas da Análise Institucional. Sobre o conceito do modo de trabalho, Baremblytt (1996) nos propõe que:

Clandestinidade: remete a modos de existência social cuja característica principal é serem sigilosos, ocultos ou secretos. As ideias, pessoas, organizações ou movimentos deste tipo podem somar a condição de opositores, dissidentes ou marginais, mas sua característica essencial consiste em que sua relação delinquencial, subversiva ou revolucionária com a ordem dominante os torna indesejáveis, ameaçadores ou francamente perigosos para o instituído-organizado. Reciprocamente a clandestinidade costuma ser condição de possibilidade de existência para ideias ou segmentos sociais frente às forças e recursos repressivos ou eliminatórios que o sistema no qual atuam pode mobilizar contra eles (BAREMBLYTT, 1996, p. 158).

Diante disso o agente público se colocou como clandestino, infiltrado no território de pesquisa no qual esteve diretamente imerso, para investigação neste estudo. Ou seja, ao propor Políticas Públicas de Juventude, essa se fez/faz a partir da relação com os processos de subjetivação que estão em jogo nos territórios existenciais, habitados pelos jovens, nos quais o Estado não alcança.

Contudo, ainda somos produzidos em um regime disciplinar, onde o capital nos cobra uma alta produtividade e um padrão de excelência nos é demandada, a projeção para um lugar de poder se torna análogo com aqueles que estão submetidos a este poder. Essa maneira incide numa possibilidade para sujeito oprimido se tornar opressor, pois o mesmo foi constituído nesse regime, caso este chegue à cúpula institucional a mesma dinâmica costuma ser operacionalizada. Ou até mesmo como traz Domenico Hur, através das elaborações de Deleuze e Guattari que reformulam a proposição de Reich sobre a dissociação entre o discurso e o investimento desejante, expondo a contradição ocorrente com os ativistas políticos ao assumirem um lugar de destaque.

(...) Portanto, o discurso consciente do indivíduo é limitado, pois pode encobrir e mascarar suas relações de forças desejantes. Esse fenômeno contraditório é constatado em ativistas políticos com perfil mais autoritário e de soberania. Quando estão na oposição, assumem postura crítica à situação, pautando-se em discursos transformadores. Contudo, ao assumirem cargos de destaque e de mando, passam a reproduzir a mesma lógica hierarquizada que criticavam, repetindo as mesmas práticas de dominação, exclusão e segmentarização. (HUR, 2019, p. 222)

Além disso, o simples fato de ser jovem, aluno, ou cidadão está ancorado em numa relação de uma suposta falta. Qualquer movimento de desconstrução desta relação dicotômica entre o jovem/velho, saber/não-saber, cidadão/estado, resulta em resistências partindo do dominador que se sente com o risco de ser destituído do lugar vertical operando na conservação da relação de poder.

Contudo, uma possibilidade de enfrentamento diante deste aparato repressivo está em apostar em novas configurações relacionais. A autogestão pode ser uma alternativa de se pôr diante desta norma verticalizante. Um espaço autogestionário multiplica-se em outros, para produzir autogestão se dá na vivência de uma autogestão. Torna-se método no momento em que o sujeito pertencente a essa experiência compreende que nesta experimentação novos processos singularizantes são potencializados. Como traz Domenico Hur (2019, p. 318): “A autogestão nos movimentos sociais é uma autêntica revolução molecular, na qual o medo e o ódio dão lugar à solidariedade e às forças de composição”. A possibilidade de vivenciar algo diferente do que o habituado opera como uma dobra subjetiva, nasce uma outra instância para a compor novos modos existência.

O sujeito disposto em lugar vertical, em uma situação de rigidez padronizada - o professor perante aos alunos, o palestrante em frente ao público, o agente público em seus procedimentos, os jovens ativistas em alguma intervenção ou até mesmo o aluno apresentando seu trabalho aos colegas, aliviam a angústia deste lugar verticalizado, quando se colocam à frente dos outros, “com” os outros. Neste modo de prática, sugere-se o papel do facilitador, na qual a produção do saber é compartilhada e partir disso uma singularidade desta experiência é emanada. Da mesma forma que a verticalização produz sujeitos análogos por esse agenciamento,

a autogestão se torna antídoto diante dessas relações de forças instituídas na produção do saber.

Diante das possibilidades conceituais que as Filosofias da Diferença dispõem cuja relevante ação está na micropolítica e nos territórios existenciais a serem experimentados, podemos pensar também esse outro modo em criar políticas públicas, ou até mesmo, como Luiz Fuganti propõe na esquizoanálise, indo além de uma prática clínica, mas que implica em uma prática de vida, de existir, como também de se sentir, afetar e criar. Uma zona de indeterminação (FUGANTI, 2020).

A clandestinidade tem seus limites e é preciso prudência, diante da exposição poderá ser capturado para reativar uma racionalidade governamental e ser condicionado em uma nova dualidade, deixando de operacionalizar por um diagrama de alianças. Nessa trama, a clandestinidade é um modo de resistência nesta relação dual entre a Sociedade e o Estado, quem sabe um modo de vida. Uma vigilância constante em pensar que, antes de ser agente do Estado somos parte do Povo, além disso, somos múltiplos.

6.1 MÁQUINAS DE GUERRA DENTRO DO APARELHO DE ESTADO

Diálogo no grupo do Programa Saúde na Escola no whatsapp...

COORDENADORA: - *Pessoal, inclui nosso colega da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer no nosso grupo. Seja bem vindo Clandestino.*

CLANDESTINO: - *Obrigado Carol, satisfação em estar junto com vocês.*

COORDENADORA: - *Penso que, mais do que nunca, frente ao que estamos presenciando nas escolas, principalmente em relação aos adolescentes, precisamos articular ações intersetoriais, que possam abordar as situações de uso abusivo de drogas, auto lesão, tentativas de suicídio, dentre outras, a partir de uma perspectiva que as trabalhe*

focando o acesso a cultura, ao esporte, na vida, etc., desenvolvendo novas possibilidades.

Este diálogo foi extraído do grupo de whatsapp, do qual o clandestino foi integrante. O grupo é referente ao Programa Saúde na Escola (PSE)⁹, o qual foi convidado para participar representando a Assessoria de Cultura, Esportes e Lazer, com a missão de realizar a interlocução das temáticas de cultura, esporte e juventude em algumas escolas do município que aderiram ao programa.

Como se pode perceber, há uma questão recorrente no cotidiano dos adolescentes que aparece no trecho do diálogo anterior, a alta frequência dos casos de auto lesão¹⁰, como também, outros dilemas constantes nas expressões juvenis.

Dentro do PSE através das ações nas escolas, acompanhando a subjetivação das dinâmicas juvenis, surge uma possibilidade de construção de atividades juntos com os próprios alunos. Partindo do entendimento que para fazer políticas públicas para as juventudes é necessário acompanhar quais angústias e desejos habitam esses territórios. Desconstruindo a relação dicotômica do “para” e propondo a possibilidade do “com”. O agente público não conservador, como Domenico Hur dispõe, um programa de Estado a caminho da produção de autonomia, com agentes públicos que assumam características antiestatais, antidisciplinares e anticapitalistas, deixando de efetivar a racionalidade governamental para assumir um projeto de autonomia. (HUR, 2019).

OFICINA DE RIMA:

Sem censura? Eu fui vetado

Vendado e oprimido pelo Estado

Com Cultura? É outro lado

A liberdade e educação tem desvendado

⁹ O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial da Saúde e da Educação que visa melhoria da qualidade de vida da população brasileira por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde da criança, jovens e adultos da rede pública de educação (BRASIL, 2009).

¹⁰ Autolesão remetendo à psicanálise o termo *atuação*, que vem da tradução da palavra alemã *agieren* - onde a ausência de palavras e impossibilidade de mediação das forças psíquicas encontram no ato sua forma de expressão (MELLO, 2017).

Liberdade pra quem? Se alguém oprime
Democracia que combate esse regime
As minorias não se adequam, nós lutamos
Por todos que não tem voz e pelo que acreditamos

Com cultura é outro lado, assim sugere essa produção artística. Uma poesia construída pelos alunos adolescentes, tendo como facilitadores outros jovens moradores deste território existencial, jovens ativistas do movimento Hip Hop. Nesta ocasião a intervenção realizada através do PSE, cuja demanda foi projetada pelos próprios alunos, através de manifestações nos murais que continha informações sobre a queixa da pressão escolar, solicitações de espaços de escuta e apoio psicológico.

Contrastando a lógica da ciência do Estado ancorado no conhecimento disciplinar e normatizador, a experiência desta intervenção buscou agir pela ciência da máquina de guerra, como traz Hur (2019), a partir das formulações de Deleuze e Guattari:

Já a ciência de Estado é o saber teorematizado, que cria padrões, normas e disciplinas que dão referências e imperativos ao pensar e fazer. É o conhecimento disciplinar e normatizador que busca prever para controlar, integrar e racionalizar, sobrecodificando as condutas e o viver com base na lógica das maiorias dominantes. É a ciência de *potestas*, de captura, rendimento e integração. Do outro lado, a ciência da máquina de guerra apreende os saberes problemáticos que afirmam as diferenças, desenvolvem questões, produzem novas demandas e acontecimentos, em vez de ter respostas e padrões fixos como fórmulas pressupostas sobre a vida. Abre-se para a incerteza e a indeterminação. Grito que rasga a solenidade da conferência no auditório. Traça linhas e não se apega aos princípios da previsão e controle. No campo da política, a implicação com a problematização refere-se a uma experimentação radical, a um desafio, de atravessar o muro branco, de escapar do buraco negro. Diferencia-se, então, uma ciência problemática da máquina de guerra, da ciência teorematizada de Estado (HUR, 2019).

Diferentemente da lógica do Estado em buscar ações normativas, o Clandestino optou em produzir máquinas de guerra dentro do aparelho de Estado. Acompanhado dos saberes locais, com os ativistas jovens, não legitimados e

contraponto a instância teórica unitária e hierarquizadora, de uma certa ciência detida por alguns (FOUCAULT, 2001, p.97).

Apesar de o Clandestino estar atravessado pela instância burocrática do Estado, como também, pela captura do processo eleitoral ao ocupar um cargo político, sua proposta está em amenizar os modos dominantes em se fazer política pública. Atuar dentro sistema político normativo que se axiomatiza pelo capital, se colocando vigilante e atento na condição de clandestino, a favor de uma máquina de guerra.

7 COM A PALAVRA, O CLANDESTINO CARTÓGRAFO

A cartografia é feita de encontros (COSTA, 2014, p. 72), nada mais justo de falarmos sobre o encontro do Clandestino com a experiência de escrita deste trabalho. O Clandestino é um personagem inventado que doou seu corpo para que eu pudesse me colocar como estrangeiro nas minhas próprias experiências. Experiências que me produziram efeitos, auxiliando na minha constituição como pesquisador, também, na afirmação da potência dos coletivos aqui experimentados, e um outro modo de criação de política pública.

Foi através da escrita que pude intervir e me posicionar politicamente, semelhante à militância na participação social que exerci com maior vigor antes deste processo de pesquisa. A aposta deste estudo esteve em mostrar que os movimentos coletivos existem e não estão apagados. Encontrei processos de singularização potentes nesses espaços. Espaços em que encontrei, também, os opositores do coletivo, o modo burocrático e a ciência de Estado que impedem os fluxos instituintes no campo social.

Se a missão clandestina era de potencializar os espaços coletivos, a participação social e aproximação da comunidade na gestão administrativa municipal, as relações dominantes e opressoras contrapuseram esse movimento. Na administração pública era notório o estranhamento dos agentes administrativos quando se viam pessoas da comunidade auxiliando na realização dos eventos. O discurso que “isso não pode” era presente, e mecanismos burocráticos tencionavam essas ações. Mas, foi na construção da Rádio Ventania, referenciado na Análise Institucional que pude identificar e dar nome a esse processo que dificultava a produção de coletivos, e que uma nova militância surgiu, a militância de contrapor e questionar as relações institucionalizadas e alienadoras. Militância que também me fez questionar a verticalização presente nos trabalhos acadêmicos, e que nesta escrita pude contrapor através de um outro modo de pesquisa, a cartografia.

De acordo com Suely Rolnik, a prática do cartógrafo diz respeito às estratégias das formações do desejo no campo social (1989, p. 1). Um processo que passou por mim e que dei passagem na prática social foi a percepção do desejo dos jovens, aqui como recorte, de estarem juntos quando a proposta é alegrar-se. Movimentos coletivos com outros fins, quando oportunizado um espaço de lazer ou

produção artística, se potencializavam. Assim experimentei no movimento estudantil, quando o DCE tomou força na organização de um acampamento universitário e após essa ação, diversos outros jovens nos procuravam com intuito de participar da entidade. Na Rádio Ventania, os programas com apresentações artísticas eram os que mais mobilizavam a participação na conversação. Quando alunos em dor psíquica conseguem se expressar através das oficinas de rimas. Quando a Associação de Surf é convidada a coordenar um evento produzido de acordo com o olhar e o desejo destes. Quando as juventudes partidárias aumentam seus números de filiações através de eventos onde não somente se fala sobre política, mas que tem disponível um momento de integração. Enfim, meu propósito aqui não é trazer os resultados de uma pesquisa, mas os efeitos dos processos acompanhados. Um efeito que potencializou coletivos fazendo frente aos modos hierarquizados presentes no campo social foi a alegria, o prazer de estar junto e se divertir, produzir ações não no regime da falta, mas no desejo como máquina, usina.

Deixei para o final, e não menos importante o conceito de rigor político presente no Paradigma Ético/Estético/Político, que Suely Rolnik traz como “o rigor de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir” (1993, p. 245). Ela traz que essa é a grande luta política, produzir diferenças em nós mesmos. É deste rigor político que finalizo essa dissertação. A luta contra a força em mim que tento e tentarei desobstruir em uma prática no campo social, seja como psicólogo ou militante, será a da quebra das relações verticais. Nestes locais que transitei me tomei pelo desejo de mudança, no entanto foi no processo da escrita e da experiência de pesquisador que pude colocar em análise minha própria posição nestes coletivos. Percebi que o principal objetivo da Análise Institucional é promover autogestão e autoanálise nos espaços, nas pessoas e nas instituições em que transitarmos. Certamente essas experiências seguirei nas minhas práticas, compreendendo que todo o local que eu estiver poderá ser pensado no plano institucional.

Como uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo; O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade (LOURAU, 1993, p. 11).

É partir daqui que observo o plano micropolítico, o qual não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.24). Foi na experimentação do método cartográfico, através da escrita do diário de campo e das orientações acadêmicas que pude estranhar o cotidiano. Pude experimentar e colocar na escrita sons/sensações/sentimentos que possivelmente não conseguiria enunciar em minha fala.

Diante de tudo, da construção de um saber resultante da formação em psicologia, da militância na participação social, do desejo de acompanhar processos de singularização das juventudes e na atuação como agente público que pude afirmar através da intervenção clandestina, que os coletivos se expressam de maneiras singulares. Em contágio, a alegria caminha no contraponto da burocracia, a alegria produz encontros, máquinas de guerra, produz coletivo, produz singularidades perante a este panorama no qual as pessoas estão cada vez mais individualistas e com pouco compromisso social.

Todavia, salientando que em um programa de mestrado profissional em educação há a necessidade da criação de uma proposta de produto a ser aplicado na comunidade, tomando menção à cartografia, o produto possível neste estudo foi em pensar um outro modo de se criar políticas públicas, uma criação que se dá no processo de um agente público, utilizando também o modo clandestino para inserir máquinas de guerra dentro do aparelho de Estado. Aquilo que poderemos só saber acompanhando os processos nos territórios subjetivos das políticas públicas que estivermos intervindo, participando ou compondo.

O produto aqui proposto é a própria Dissertação, pois ela descreve a possibilidade da construção de uma política pública “com” juventudes, “com” as pessoas, antes de sermos Estado somos Comunidade. Neste sentido, ao sermos “apenas” Comunidade que possamos nos inserir mais no Estado. A democracia por mais falha que seja, ainda é o melhor modelo representativo, entretanto é urgente problematizar o “entre” Estado/Sociedade, sua relação, e potencializarmos mais possibilidades de fazer “com”, ou seja, em composição, no lugar de fazer “para” alguém. Fazer juntos, construir juntos, se ainda essa possibilidade não é a predominante, que sigamos clandestinamente.

Apesar do cenário árido, posso afirmar que nós, o coletivo, alegremente IREMOS RESISTIR. **Saudações Clandestinas!**

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcio de Freitas. **Culturas Juvenis e Experiência Social: Modos de Ser Jovem na Periferia**. Porto Alegre, 2011, 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e prática**. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Rosa dos Tempos, 1996.
- BIRMAN, J. **Laços e desenlaces na contemporaneidade**. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72): 47-62, jun, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v40n72/v40n72a04.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Saúde nas Escolas. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde do adolescente: competências e habilidades / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- COSTA, Luciano Bedin. **Cartografia: uma outra forma de pesquisar**. Revista Digital do LAV- Santa Maria, RS – vol. 7, n.2, p. 66-77 – mai./ago. 2014.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol.1 — São Paulo: Ed. 34, 1995. 94 p.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol.5 — São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O Anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. 226 p.
- FERNANDES, Daniela A. A. **O acompanhamento socioeducativo dos adolescentes e seus processos de subjetivação**. Belo Horizonte, 2015.161 f. : il. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
- FERREIRA, Amauri. **Deleuze e Guattari – Estado e subjetividade capitalística**. Áudio aula disponível em: <https://youtu.be/0nzH3gUbhVk?t=5>. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. E ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FUGANTI, Luiz. **Curso de Introdução à Esquizoanálise**. Vídeo aula disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U5TPkLEv6zo&t=6574s>. 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo** – 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 33.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise** - 2ª ed - Campinas, SP : Alínea, 2019.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Cartografar é acompanhar processos. In: _____. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. P. 52 – 76.

KEIL, Ivete Manetzeder. **Dos jovens contestadores aos jovens de hoje**. Uma nova forma de participação na polis? In: BAQUEIRO, Marcello (org.). Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004, p. 17-48.

LIMA, S. M. e MINAYO-GOMEZ, C. **Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais**. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 10(3): 931-53, set.-dez. 2003.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Dep. De Extensão UERJ, 1993.

MACERATA, I. M. **Traços de uma clínica de território: Intervenção clínico-política na atenção básica com a rua**. 2015, 256 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Área de concentração: Estudos da Subjetividade. Linha de Pesquisa: clínica e subjetividade, Niterói UFF, 2015.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/ago nº5; Set/Dez 1997 nº 6, p. 5-15, 1997.

OLIVEIRA, Luciana da Silva. **Juventude, Teatro e processos de subjetivação: encontros, conexões e (re)invenção de mundos**. Belo Horizonte, 2013. 113f.:il.

PASSOS Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: _____. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17 – 31.

PERONDI, Maurício. **Narrativas de jovens: experiências de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas /** Maurício Perondi. 2013, 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

RAMOS, F.R.S; PEREIRA, S.M; ROCHA, CRM. Viver e adolecer com qualidade. In: **Associação Brasileira de Enfermagem.** Adolecer: compreender, atuar, acolher. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. p. 19-32.

ROLNIK, Suely. **CARTOGRAFIA ou de como pensar o corpo vibrátil.** Trechos de Suely Rolnik: Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>; Acesso em 09 set. 2019.

ROLNIK, Suely. **Esquizoanálise e antropofagia.** In: ALLIEZ, E.(Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. Coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.451- 462. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Antropesquizoan.pdf>; Acesso em 10 set. 2019.

ROLNIK, Suely. **Pensamento corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico.** Cadernos de Subjetividades da PUC/SP, N. 2, p. 242, 1993.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade.** Florianópolis, v. 21, n. 2, ago.2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>>. Acesso em 09 set. 2019.

SAVAZZONI, César Augusto. **Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia,** Ribeirão Preto, 2012. 116p. : il. ; 30cm. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2ªED. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Heitor Pereira. **A produção da subjetividade – incursões pelo pensamento de Deleuze.** 2017. 74 folhas. Dissertação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Metafísica - Universidade de Brasília-UnB, 2017.

SPOSITO, Marília P.; TARÁBOLA Felipe de S. **Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71 e227146 2017.